

EDITORIAL

Psicologia da Saúde *Stricto Sensu* e seus 35 anos de existência: uma homenagem ao ensino, à pesquisa e à veiculação do conhecimento

Nós, ex-aluna e docente do programa *Stricto Sensu* em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista, nos apropriamos deste espaço para prestamos uma homenagem a esse curso em que aprendemos muito! Aprendemos na condição de aluno, pois tomamos contato e nos apropriamos de tanto conhecimento que antes sequer sabíamos de sua existência, quanto tomamos gosto pela investigação científica e ampliamos nosso “mundo acadêmico-científico”. Aprendemos na condição de docente, pois podemos investigar, orientar investigações, tomar contato e trabalhar em prol dos avanços científicos. E é nessa teia de relações – com pessoas e com o conhecimento – que o nosso trabalho cotidiano se enriquece e que a nossa ciência, a psicologia, se faz.

Pode até parecer um paradoxo dizer que “ampliamos o conhecimento no *stricto sensu*”, uma vez que a expressão, do latim, significa “num sentido estrito”, “específico”, em oposição ao *lato sensu* que significa “num sentido amplo”. O Ministério da Educação do Brasil anuncia em sua página que “(...) as pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino (...) (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996)”.

Todavia, não há contrasenso algum quando se fala em “aprender”, pois a aprendizagem se dá na experiência, nas relações com os “objetos”, de modo que a todo instante, nas relações, aprendemos. A apropriação do conhecimento acerca das coisas, das emoções,

dos signos socialmente produzidos, como já apresentou Vygotsky,¹ permite ao ser humano a construção de seu mundo externo, pois esse incorpora comportamentos culturalmente elaborados.

O curso de mestrado em Psicologia da Saúde completa 35 anos na Universidade Metodista. E, dado ao fato de a Psicologia (profissão) no Brasil datar de 1962, e a consolidação da pós-graduação no Brasil, pelo parecer 977/65, datar do ano de 1965, julgamos que esse programa de mestrado figura entre os mais “antigos” do país. Fato importante.

Fato importante por razões tanto simples quanto faustosas. Dizemos simples porque a ciência² é simples; simplicidade no sentido da própria lucidez com que o pesquisador trabalha e com a humildade com que expõe seus achados. E é nessa oportunidade de sermos simples em nossa estada junto ao *stricto sensu* em psicologia que podemos visualizar a sua magnificência. Para explicarmos essa segunda razão, onde se ancora sua consistência, necessitamos retomar, brevemente, parte da história do ensino superior e da pós-graduação no Brasil.

É sabido que a pesquisa científica era feita séculos antes de a pós-graduação ser criada oficialmente em 1965, uma vez que muitos professores advindos de formações no exterior tomavam iniciativas de pesquisa isoladamente. No início do século XX, essas iniciativas não eram barradas, mas tampouco eram incentivadas. Já em meados dos anos oitenta, com a instalação da democracia, houve uma maior preocupação com a educação, pelo governo federal, no sentido de tentativas de formulação de políticas educacionais. Havia, naquela altura, uma tendência a atribuir as agruras da educação às políticas limitativas do regime militar (hoje, há uma maior consciência de que os problemas são mais complexos). Assim, nos anos noventa, e mais especificamente nas duas últimas décadas, tivemos uma expansão do ensino superior no Brasil. A partir da década de 1990, como já dissera o Prof. Demerval Saviani, surge uma mudança caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições

¹ VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

² Destaca-se que a pesquisa no Brasil é quase que exclusivamente atrelada às instituições de ensino e aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

de ensino superior, modificando-se o modelo de universidade na direção de um exemplar mais próximo do anglo-saxônico na versão norte-americana. A autonomia universitária e a expansão drástica do ensino superior privado foram impulsionadas pelo crescimento de demanda de vagas e pela insuficiente capacidade do setor público em responder a essa demanda. Isso marcou uma corrida inexorável do setor privado para uma expansão quantitativa; num modelo que buscava a aceleração de formação no país, mas que com o passar dos anos denota-se desnecessária, dada a proliferação de instituições de ensino capacitadas a fornecer seus graus.

Assim, no que tange à coordenação e ao controle de expansão do ensino superior privado, o governo federal conta com o trabalho do Conselho Nacional de Educação; mas que tem, visivelmente, oscilado entre ocasiões de restrição e de munificência na autorização de novos cursos e criação de novas universidades. O conselho lida, sem dúvida, com pressão de interesses que, por um lado se dá pelo setor privado no sentido de aumento do número de cursos e diminuição de exigências para o seu funcionamento, e por outro, pelas associações profissionais mais atuantes, como aquelas das áreas da medicina, direito, engenharia e outras, que trabalham no sentido de restringir a oferta de profissionais e aumentar sua qualidade.

Pois bem, não nascemos em meio a essa expansão. O *stricto sensu* em psicologia nasceu em 1978 na Metodista, como já escreveu a Profa. Eda Marconi Custódio,³ (com o programa de Comunicação Social e juntando-se ao já existente Ciências da Religião) em decorrência de um curso de graduação em psicologia forte e comprometido com a formação do psicólogo brasileiro (lembramos que a graduação em psicologia, na Metodista, também figura entre os primeiros cursos de formação em psicologia no Brasil, pois entrou em funcionamento em 1972, hoje com 41 anos de existência).

O programa de *stricto sensu* submeteu-se integralmente e integralmente, nesses 35 anos, aos vários modelos de avaliação Capes e sempre caminhou no sentido de adoção de medidas e práticas de

³ Custódio, E. M. A história da Pós-graduação em psicologia da saúde da UMEP. In: OLIVEIRA, V. M. B.; YAMAMOTO, K. (Orgs.). **Psicologia da Saúde: temas de reflexão e prática**. Editora da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003, p. 9-20.

solidificação, consolidação e aprimoramento de seu compromisso com a formação de mestres e ampliação do conhecimento psicológico.

Vale ressaltar que a Capes, como exposto em sua página,⁴ criada em 1951 (Decr. nº 29.741), e chamada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, teve como primeiro secretário o prof. Anísio Teixeira e tinha o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. Desde então a Capes passou por inúmeras transformações e aperfeiçoamentos de seus modelos de regulação e avaliação.

O *stricto sensu* em psicologia da Metodista, desde sua abertura, já se submeteu ao acompanhamento de, pelo menos, 13 diferentes presidências dessa instituição de regulação, expansão e consolidação da pós-graduação brasileira. E, com o sistema de avaliação implantado desde 1976 (que busca um padrão de qualidade dos cursos, bem como identificar se os mesmos atendem a tal padrão), passamos também por vários modelos de avaliação – tanto pelas que o professor Dias Coutinho⁵ chamou de avaliação subsumida pela regulação e pelo controle, quanto por aquelas educativas ou diagnóstico-formativas.

Entretanto, discorrer e tecer críticas sobre os critérios de avaliação da pós-graduação não é a proposta deste texto. Nosso propósito, enfim, é o de apenas destacar que esse programa não surgiu nessa acalorada expansão do ensino superior nem tampouco como condição (critério) para a instalação e a manutenção da universidade; a sua própria condição etária pode evidenciar isso. Acresce-se que nosso intento é a homenagem ao compromisso com a formação e a manutenção da qualidade do programa; além de que, louvamos o compromisso com o ensino, a pesquisa e com a divulgação desse conhecimento.

⁴ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso em: 10/09/2013

⁵ DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. I. (Org.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003, p. 35-52.

Mas, é possível que o leitor nos pergunte: por que prestar homenagem ao *stricto sensu* num periódico que tradicionalmente vem sendo mantido pela graduação em psicologia?

Em primeiro lugar, podemos dizer que a interlocução entre graduação e pós-graduação não é restrita em nossa área. A aproximação ou integração já se dá pelos docentes comuns nas duas formações, somados às iniciativas de articulação entre graduação/pesquisa/pós-graduação, além da existência dos grupos de estudo em que se reúnem discentes e docentes de ambas as formações. E foi por essa articulação que também foi criado esse periódico *Psicólogo InFormação*, em 1997.

Naquela altura, compreendíamos, e ainda cremos, que o ensino da ciência se dá também pelo ensino da língua, da escrita científica. A iniciativa de criar e depois a de manter esse periódico durante esses anos reflete um pouco dessa nossa percepção sobre a importância que damos à iniciação científica e suas várias etapas – desde a realização da pesquisa até a divulgação de seus resultados. Nessa concepção, pensamos num periódico que pudesse representar uma porta de acesso, para o estudante, ao conhecimento científico na sua área – ler/fazer/escrever.

E é com essa perspectiva que esse periódico tem se mantido durante esses anos. Além disso, destacamos que esse tipo de trabalho mobiliza os esforços de diversas pessoas em vários níveis institucionais, pois pessoas das áreas acadêmicas, administrativas e financeiras da universidade, todas, ao seu modo, se comprometem em trazer a público as realizações de um *Psicólogo em Formação*.

Finalizamos esta mensagem parabenizando a instituição, que pôde assegurar, até então, o compromisso com o ensino, com a pesquisa e divulgar para a comunidade os resultados desse compromisso.

Este volume traz a público, além de relatos de pesquisa de iniciação científica, também contribuições de outros colegas, colaboradores de outras instituições brasileiras que se dispuseram a compartilhar conosco essa divulgação do conhecimento.

O primeiro artigo: “Sonolência diurna excessiva entre acadêmicos do curso de psicologia”, do psiquiatra Dr. José Carlos Rosa Pires de Souza, colega docente da Unigram, Campus Campo Grande, Mato Grosso do Sul e seus colaboradores, trata de um relato de

pesquisa que avaliou a prevalência de sonolência diurna excessiva em acadêmicos do curso de psicologia de uma universidade do Mato Grosso do Sul.

O segundo artigo: “Testagem de um modelo empírico entre valores humanos e condutas desviantes em jovens”, de autoria do Dr. Nilton Soares Formiga, docente junto ao Centro Universitário Maurício de Nassau – Uninassau, de João Pessoa, Paraíba, traz um relato de pesquisa que testa um modelo teórico no qual se hipotetiza associação dos valores humanos e as condutas antissociais e delitivas. O interessante relato de pesquisa também oferece indicativos para uma intervenção em valores humanos de modo a inibir as condutas antissociais e delitivas entre os jovens.

O terceiro artigo: “Perfil do estudante universitário usuário de tecnologias”, relato de pesquisa resultado de iniciação científica, de autoria do graduando Felipe Costa e Silva, e orientado pela Dra. Marília Martins Vizzotto, traz à discussão o uso de tecnologias e suas relações com outras variáveis comportamentais. Apresenta dados interessantes acerca de um grande número de estudantes a se privarem de necessidades fisiológicas, descuidarem de tarefas escolares, domésticas ou de trabalho para permanecerem mais tempo utilizando tecnologias.

O quarto artigo: “O ataque dos malditos – *bang-bang-tum*: acampamentos indígenas de Mato Grosso do Sul, uma realidade contada por crianças e adolescentes indígenas de *Kurussu Ambá*”, dos colegas Saulo Cassimiro e Luiz Henrique Eloy Amado, da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, traz um relato de experiência entre crianças, adolescentes e jovens Guarani Kaiowá em acampamentos indígenas do Mato Grosso do Sul e descreve o sofrimento consequente da expulsão de sua área, entre ataques e conflitos.

O quinto artigo: “Avaliação psicológica e da personalidade e o estudo normativo do Rorschach para o uso em crianças brasileiras da Dra. Carla Luciano Codani Hisatugo e Eda Marconi Custódio, docente junto ao Programa de stricto sensu em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, expõe a importância da avaliação psicológica e indica como um bom início deste processo está relacionado com o respeito à pessoa e ao seu grupo. Isto pois,

a autora aponta para o fato de que, além de ser essa uma área reservada ao psicólogo, esse profissional irá lidar com uma subjetividade que será exposta neste processo avaliativo, além da percepção do sujeito acerca da realidade, do sofrimento emocional, dos desejos, sonhos, expectativas e das relações interpessoais que se estabelecem.

O sexto artigo: “O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein” de autoria das discentes de psicologia Andressa Katherine Santos Cavalcanti e Milena Lieto Samczuk e orientado pela Dra. Tânia Elena Bonfim, também fruto de iniciação científica, discute o conceito do luto a partir da obra de Sigmund Freud e Melanie Klein, observando similaridades e divergências ante as concepções apresentadas pelos autores.

O sétimo artigo: “A subjetividade na clínica psicológica: introdução temática e histórica”, de autoria do colega Dr. Conrado Neves Sathler, professor da Universidade Federal de Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, discute a subjetividade e sua relação com a clínica psicológica e, para tal, situa o leitor na compreensão do conceito de sujeito e sua identificação com o início da história clínica da Psicanálise e com os métodos de diagnóstico e tratamento atuais.

O oitavo artigo: “Depressão: crianças e adolescentes também sofrem com essa doença” de autoria das discentes Juliana Colavite; Franciele F. Silva; Jéssica Pereira Garbi; Melissa O. da Silva; Renata A. Ribeiro e orientado pelo Dr. Hugo F. Cardoso, também é um texto fruto de iniciação científica em psicologia, das Faculdades Integradas de Jaú – FIJ, São Paulo.

O nono artigo: “Sistema de Estruturação de Crenças Sociointerativo: estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento”, de autoria do Dr. Anderson Clayton Pires, colega docente do Instituto Luterano de Teologia do Rio Grande do Sul, discute o conceito de crença, sua constituição, desde um ponto de vista da filosofia e chega à relação de causalidade entre crença e comportamento.

O décimo artigo: “O início do processo de avaliação psicológica”, de autoria da colega Dra. Carla Luciano Codani Hisatugo – da Universidade Metodista de São Paulo, trata de uma comunicação em que a autora expõe a respeito da importância da avaliação psicológica, apontando que um bom início deste processo está relacionado

com o respeito à pessoa e ao seu grupo. Isto pois, além de ser essa uma área reservada ao psicólogo, esse profissional irá lidar com uma subjetividade que será exposta neste processo avaliativo; além da percepção do sujeito acerca da realidade, do seu sofrimento emocional, de seus desejos, expectativas e, das relações interpessoais que se estabelecem.

Finalmente, o décimo primeiro artigo “A finalização do processo psicoterapêutico” trata de uma comunicação breve de autoria das professoras Tania Elena Bonfim e Marília Martins Vizzotto, que traz à discussão um tema complexo do ponto de vista da clínica psicológica: a finalização do processo psicoterapêutico.

Assim, convidamos o leitor a partilhar desse conhecimento aqui apresentado, desejando a todos uma boa leitura!

Marília Martins Vizzotto – editora
Tania Elena Bonfim – editora associada